

Performances, vozes e sentidos: reconceitualizando o *identity play* na construção do *self* não binário

Ana Rigel, Bruno Felix e Ana Carolina Júli

RESUMO

Este estudo analisou como pessoas não binárias constroem sua identidade de gênero por meio de jogos identitários. A partir da análise de 47, com base no método *grounded theory*, emergiram três formas principais de jogo: *mindplay* (cognitivo e vicário), *cosplay* (virtual e físico) e *storyplay* (narrativo e performático). Esses jogos ocorrem de forma não linear e co-construída, atravessados por ciclos de pausa reflexiva, preparação para ativação identitária e exploração e experimentação contínua. Com base nessas dinâmicas, propomos uma modelização empírico-teórica da consciência de identidade de gênero como um processo situado, fluido e dialógico — modulando o grau de clareza, segurança e *agency* no percurso identitário. O estudo reposiciona o *play* como prática contínua, polifônica e insurgente na vivência de sujeitos não binários. Ao inscrever esse modelo no contexto brasileiro, marcado por riscos simbólicos e materiais, contribui-se para a decolonização dos referenciais teóricos e para a ampliação dos modelos clássicos de desenvolvimento identitário e performatividade de gênero.

Palavras-Chave: identidade de gênero; jogo identitário; não binário; identidade; construção da identidade.

Recebido em: 03/12/2024

Revisado em: 03/02/2025

Aprovado em: 27/05/2025




Performances, voices, and meanings: reconceptualizing identity play in the construction of the non-binary self

ABSTRACT


This study examined how non-binary individuals construct their gender identity through identity play. Based on grounded theory and the analysis of 47 narratives, three main forms of play emerged: *mindplay* (cognitive and vicarious), *cosplay* (virtual and physical), and *storyplay* (narrative and performative). These forms of play unfold in a non-linear and co-constructed manner, marked by cycles of reflective pauses, preparation for identity activation, and ongoing exploration and experimentation. From these dynamics, we propose an empirical-theoretical model of gender identity awareness as a situated, fluid, and dialogical process—modulating the degree of clarity, confidence, and agency throughout the identity trajectory. The study repositions play as a continuous, polyphonic, and insurgent practice in the lived experiences of non-binary individuals. By grounding this model within the Brazilian context—shaped by both symbolic and material risks—this research contributes to the decolonization of theoretical frameworks and to the expansion of classical models of identity development and gender performativity.

Keywords: *gender identity; identity play; non-binary; identity; identity construction.*

Ana Rigel ,


Fucape Business School, Brasil
Doutora em Ciências Contábeis e
Administração Fucape Business
School, Brasil.

ana.rigel@unemat.br

Bruno Felix ,

Fundação Dom Cabral, Brasil.
Doutor em Administração,
Universidade Presbiteriana Mackenzie,
Brasil.

bruno.felix@fdc.org.br

Ana Carolina Júlio ,

Fucape Business School, Brasil.
Doutora em Administração,
Universidade Federal do Espírito Santo,
Brasil.

carol.juliosilva@gmail.com

Introdução

A construção da identidade de gênero é um processo dinâmico, subjetivo e frequentemente desafiador, especialmente em contextos sociais regidos por normas cis-heteronormativas e binárias (Ashraf *et al.*, 2023). No campo da psicologia organizacional e dos estudos organizacionais (Hennekam & Ladge, 2023, Matsuno & Budge, 2017), cresce o reconhecimento de que o gênero não apenas atravessa, mas estrutura relações de poder, pertencimento e autenticidade no ambiente de trabalho (Linstead & Pullen, 2006; Matsuno & Budge, 2017). Em alguns países, tal como o Brasil, onde a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ ainda é alarmante (Cerqueira & Bueno, 2024), compreender como indivíduos não binários constroem suas identidades de gênero torna-se uma questão urgente — ética, epistêmica e política (Felix *et al.*; 2023).

Apesar dos avanços recentes na compreensão do trabalho de identidade de pessoas trans e não binárias em contextos organizacionais (Felix *et al.*, 2023; Murawsky, 2023), ainda são raros os estudos que se debruçam sobre as fases iniciais de exploração e experimentação identitária — momentos em que o sujeito, muitas vezes em silêncio e isolamento, testa, sente e imagina aquilo que poderia vir a ser. Modelos clássicos de desenvolvimento identitário, estruturados a partir de uma lógica linear, normativa e individualizada (Erikson, 1968; Marcia, 1980), revelam-se limitados para capturar a fluidez, o risco e a co-construção social que atravessam as trajetórias de pessoas não binárias. Em contrapartida, contribuições da psicologia do desenvolvimento e da literatura sobre *identity play* sugerem que a exploração identitária pode se iniciar por meio de processos lúdicos e não compromissados — como a brincadeira, o faz de conta e a imaginação — permitindo que sujeitos experimentem “eus possíveis” sem a imposição de compromissos definitivos (Ghaempanah & Khapova, 2020; Ibarra & Petriglieri, 2010; Ibarra & Obodaru, 2020; Lillard *et al.*, 2013; Truong, 2023). Ainda assim, pouco se sabe, de forma situada e empírica, sobre como pessoas não binárias exploram esses “eus possíveis” (Markus & Nurius, 1986; Oyserman & James, 2011) em contextos sociais onde suas expressões de gênero seguem sendo amplamente marginalizadas ou invisibilizadas.

Neste artigo, propomos um modelo teórico original para compreender a construção da identidade de gênero não binária por meio do conceito de jogo de identidade. A partir de uma pesquisa qualitativa com 47 participantes e fundamentada na *grounded theory*, identificamos três formas principais de jogo identitário — *mindplay* (cognitivos e vicários), *cosplay* (virtuais e físicos) e *storyplay* (narrativos e performáticos). Esses jogos se organizam em níveis distintos de risco e intencionalidade, revelando que a identidade se constrói não apenas em silêncio ou ensaio, mas também como performance situada, afetiva e política. Observamos, ainda, dois fenômenos inéditos: a pausa reflexiva, como estratégia ativa de reorganização narrativa (Kroger, 2007; McLean & Syed, 2016), e a exploração e experimentação contínua, que recusa fixações identitárias em favor da fluidez como forma madura de existência (Flum & Kaplan, 2006; Hermans & Konopka, 2010).

Ao invés de conceber o *identity play* como um experimento estratégico em espaços liminares, protegidos e reversíveis (Ibarra & Petriglieri, 2010; Stanko et al, 2022; Truong, 2023), este estudo propõe um deslocamento crítico: no contexto de pessoas não binárias, o *play* se configura como uma prática contínua de resistência encarnada, de *agency* narrativa e de insurgência cotidiana. A identidade não é apenas ensaiada, mas performada sob tensão e risco — um fazer-se diante do outro (Butler, 2004; Bamberg et al., 2011), em territórios onde o corpo dissidente ainda é regulado, silenciado ou punido (Bento, 2006; Jesus, 2019). Trata-se, portanto, de um jogo vital, em que experimentar a si mesmo é também lutar para existir.

Em relação aos estudos anteriores, esta proposta se distingue ao desenvolver uma arquitetura conceitual original que entrelaça identidade de gênero, performatividade e *agency* sob uma lente processual, fluida e dialógica. Ao articular referenciais da teoria da performatividade (Butler, 1990; 2004), da psicologia narrativa (McLean & Syed, 2016), do self dialógico (Hermans, 2023; Hermans & Konopka, 2010) e dos estudos organizacionais críticos (Ahmed, 2012; 2013; Pullen & Rhodes, 2015), o estudo oferece uma nova gramática para compreender como sujeitos não binários constroem suas identidades em contextos institucionais atravessados por normas cisheteronormativas.

O artigo está organizado da seguinte maneira: a próxima seção apresenta o referencial teórico interdisciplinar que fundamenta o estudo. Em seguida, detalha-se o percurso metodológico adotado. Posteriormente, são apresentadas as categorias analíticas e o modelo teórico resultante da pesquisa. Por fim, discute-se as contribuições teóricas e práticas do estudo.

■ Quadro teórico

Gênero, performatividade e ambientes organizacionais: uma perspectiva crítica

A identidade é construída em processos interativos e relacionais, nos quais o sujeito elabora respostas às perguntas “quem sou eu?” e “a que pertencço?” (Ashforth et al., 2016; Berzonsky, 2004). Segundo a Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 2004), essas respostas envolvem tanto características individuais quanto o pertencimento a grupos sociais. Neste estudo, o foco recai sobre a identidade de gênero como uma dimensão da identidade social, que envolve como os indivíduos se posicionam e são posicionados em relação às normas de gênero (Hennekam & Ladge, 2023). Ao contrário de perspectivas essencialistas, que associam gênero diretamente ao sexo biológico, compreende-se aqui o gênero como uma construção subjetiva, relacional e, muitas vezes, instável (Linstead & Pullen, 2006). Indivíduos não binários — aqueles cuja identidade não se enquadra exclusivamente nas categorias “homem” ou “mulher” — podem se identificar como gênero fluido, agênero, neutro, bigênero ou outros marcadores que rompem com a cisnormatividade (Ashraf et al., 2023). Tais posicionamentos identitários moldam significativamente suas experiências profissionais.

No entanto, expressar uma identidade de gênero dissidente ainda é um ato de alto risco no ambiente organizacional. Estudos evidenciam que pessoas trans e não binárias enfrentam taxas elevadas de estigmatização, discriminação e violência — tanto simbólica quanto física (Aparicio-García *et al.*, 2018; Hadjisolomou, 2021). Além disso, a ocultação identitária, muitas vezes adotada como estratégia de autopreservação (Felix *et al.*, 2023), está associada ao sofrimento psíquico, sentimentos de isolamento e menor senso de autenticidade no trabalho (Ragins, 2008; Kreiner *et al.*, 2006; Newcomb *et al.*, 2020). Para indivíduos não binários, esses riscos são ainda mais acentuados, na medida em que seus corpos e performances escapam aos padrões binários normativos ainda predominantes nas instituições organizacionais (Donaghy & Perales, 2022; Taylor & Fasoli, 2022).

A partir dos Estudos de Gênero, especialmente da obra de Judith Butler (1990, 1993, 2011, 2011), o conceito de performatividade de gênero permite aprofundar a compreensão desses desafios. Para Butler, o gênero não é uma essência nem uma escolha voluntária, mas o efeito discursivo de práticas reiteradas que produzem a ilusão de uma identidade estável. Gênero, portanto, é um “fazer” — um conjunto de atos performativos que constroem o sujeito no próprio ato de sua expressão. Não há, nesse sentido, um “ser” anterior à performance: a identidade de gênero é produzida na repetição de gestos, posturas, estilos de vestir, formas de falar e interagir.

No contexto organizacional, essas normas de gênero são frequentemente cristalizadas em expectativas implícitas sobre como os corpos devem se portar, se vestir e se comunicar, assim como nos discursos que validam ou silenciam determinadas expressões de identidade (Benschop & Doorewaard, 1998; Hearn & Collinson, 2006). O gênero, nesse cenário, deixa de ser apenas uma dimensão pessoal e passa a operar como uma tecnologia organizacional — um dispositivo normativo que regula quem pode ocupar determinados espaços, com quais corpos e sob quais condições (Pullen & Rhodes, 2015).

Para pessoas não binárias, performar sua identidade nesses espaços cisnormativos e binaristas implica em constante negociação entre o desejo de autenticidade e o risco de marginalização (Hennekan & Ladge, 2023). Como argumentam Rumens e Kerfoot (2009), a visibilidade de corpos dissidentes pode tanto empoderar quanto expor — a depender do grau de acolhimento que encontram no ambiente. A performatividade, nesse contexto, não se limita à expressão individual, mas assume o caráter de gesto político — uma microrresistência cotidiana que desafia as normas e reconfigura os contornos do espaço organizacional.

Além disso, como destaca Ahmed (2012), o corpo que não se ajusta às normas dominantes é percebido como um elemento de desalinhamento — uma figura que perturba a harmonia presumida do ambiente e, por isso, é responsabilizada por gerar desconforto. Essa responsabilização recai de forma especialmente intensa sobre sujeitos não binários, cuja mera presença desestabiliza a ordem de gênero estabelecida.

Nessa perspectiva, a presença de pessoas trans e não binárias nos ambientes de trabalho não apenas tensiona os limites da normatividade de gênero, mas também expõe as desigualdades estruturais que comprometem

o acesso ao trabalho digno e ao reconhecimento social (Jesus, 2019). Sob esse olhar, o contexto organizacional brasileiro ainda opera segundo uma lógica de exclusão — tanto simbólica quanto material — em que expressões dissidentes de gênero são frequentemente percebidas como ameaças à ordem, à produtividade e à própria cultura institucional. Esse cenário reforça a urgência de compreender a identidade de gênero não apenas como uma vivência subjetiva, mas como um campo de disputa política por existência, pertencimento e cidadania (Jesus, 2019).

Da exploração à experimentação: o jogo de identidade como prática situada

A compreensão da identidade de gênero, especialmente em trajetórias não binárias, exige um olhar interdisciplinar que abarque tanto os movimentos internos de autodefinição quanto os processos sociais de reconhecimento e validação (Butler, 2004; Hermans & Konopka, 2010; McLean & Syed, 2016; Oyserman & James, 2011; Markus & Nurius, 1986; Bamberg *et al.*, 2011; Ahmed, 2012). Por isso, esta seção articula diferentes tradições teóricas — da Psicologia do Desenvolvimento à Psicologia Organizacional, dos Estudos de Gênero às Teorias do Self — com o objetivo de construir uma base conceitual robusta para analisar a experimentação identitária como prática dinâmica, reflexiva e situada. Em vez de um modelo teórico único, propõe-se aqui uma constelação de conceitos que, em sua complementaridade, permite abordar a complexidade das vivências não binárias no trabalho e na vida.

A construção da identidade pessoal, de acordo com a psicologia do desenvolvimento (Erikson, 1968; Marcia, 1980; Berzonsky, 2004), é composta por dois movimentos interdependentes: exploração e compromisso. A exploração identitária refere-se à busca ativa por possibilidades de identidade — papéis, comportamentos, valores — que possam ressoar com o self. Já a experimentação consiste na vivência prática dessas possibilidades, possibilitando testar seus efeitos emocionais e sociais antes de se comprometer com alguma delas (Ibarra & Petriglieri, 2010; Lillard *et al.*, 2013; Truong, 2023; Ghaempanah & Khapova, 2020). Tais processos são especialmente relevantes no caso de identidades de gênero dissidentes, que frequentemente desafiam normas dominantes e binárias.

Entretanto, partindo de uma articulação entre teorias da psicologia do *self* e estudos de identidade, é possível hipotetizar que, antes mesmo da exploração consciente, muitas pessoas — especialmente aquelas com trajetórias dissidentes de gênero — vivenciem um momento anterior e frequentemente negligenciado pelas teorias clássicas. Trata-se de um despertar subjetivo, silencioso e frequentemente não verbalizado, que pode inaugurar um processo de autoquestionamento. Esse fenômeno pode ser compreendido como imagens mentais futuras de si que funcionam como motores motivacionais para cogitar outras formas de existir (Markus & Nurius, 1986; Obodaru, 2012). Tais imagens se alinham à noção de expansão do self (Oyserman & James, 2011), ocorrendo de maneira sutil, introspectiva e, por vezes, afetiva — antes mesmo da articulação consciente da identidade. (Markus & Nurius, 1986; Obodaru, 2012)

Configura-se, portanto, um pré-jogo identitário — um movimento sutil de autoquestionamento que antecede a prática social do jogo e que, muitas vezes, nasce do simples desconforto ou da curiosidade: “E se eu não for exatamente isso que acho que sou?” Essa emergência espontânea também pode ser compreendida, na perspectiva dos Estudos de Gênero e da afetividade queer, como um despertar afetivo (Ahmed, 2013), no qual o corpo e as emoções captam desconfortos ou encantamentos que não passam necessariamente pelo racional, mas que disparam o desejo de explorar-se para além do binarismo de gênero.

É nesse contexto que o conceito de jogo de identidade (Ibarra & Petriglieri, 2010) se torna uma lente poderosa. O jogo identitário é compreendido como um processo lúdico, flexível e provisório, no qual o sujeito simula “eus provisórios” em espaços simbólicos ou protegidos — como performances, interações experimentais ou avatares — sem necessariamente se comprometer com eles (Stanko et al, 2022). Essa simulação funciona como um laboratório identitário, no qual se pode ensaiar, testar e sentir expressões alternativas de si.

Além disso, o jogo de identidade se distingue do trabalho de identidade (Sveningsson & Alvesson, 2003), ainda que estejam relacionados. Enquanto o trabalho de identidade implica uma ação voltada à consolidação, coerência e manutenção de uma identidade (sobretudo no “aqui e agora”), o jogo de identidade enfatiza a natureza leve, em um espaço liminar entre a fantasia e a realidade com possibilidade de múltiplas explorações e experimentação, sem que se exija consistência ou fixidez (Ibarra & Obodaru, 2016).

No entanto, pesquisas recentes têm questionado essa visão do jogo de identidade como uma prática voluntária, e privada (Shepherd & Williams, 2018; Stanko *et al.*, 2022). Evidências crescentes apontam que o jogo de identidade pode ser co-construído socialmente, incorporando a participação e os *feedbacks* de outras pessoas. Em contextos de marginalização de gênero, como o enfrentado por indivíduos não binários, essa co-construção pode ser ainda mais evidente (Willem *et al.*, 2012; Truong, 2023).

Essa noção de co-construção amplia a nossa perspectiva, uma vez que, diferentemente das crianças que ensaiam futuros papéis sociais através do brincar (Burriss & Tsao, 2002), o jogo de identidade entre adultos — especialmente no contexto de gênero — pode frequentemente envolver riscos simbólicos e sociais consideráveis. Isso porque a exploração e a experimentação da identidade de gênero, tendem a ocorrer em um campo tensionado pelas projeções futuras de si mesmo e a expectativa de normatização imposta pelo meio social (Butler, 2004). Em ambientes de trabalho cisnormativos, por exemplo, a liberdade para experimentar expressões de gênero não binárias pode ser severamente limitada por normas organizacionais, códigos de vestimenta, políticas de recursos humanos e relações de poder implícitas (Benschop & Doorewaard, 1998; Hearn & Collinson, 2006).

Consciência de identidade de gênero: integração, narrativa e fluidez

Neste estudo, adaptamos a concepção de clareza identitária proposta por Ghaempanah e Khapova (2020) — originalmente desenvolvida no contexto da identidade de carreira — para o campo da identidade de gênero. Com base nessa perspectiva, compreendemos a consciência de identidade de gênero como o grau de clareza, coesão e segurança que a pessoa desenvolve em relação à sua vivência de gênero. Essa consciência não emerge de forma súbita, mas é tecida ao longo do tempo, por meio de camadas de autorreflexão, trocas relacionais e respostas sociais às expressões identitárias. Trata-se de um processo narrativo, intersubjetivo e situado, enraizado nas interações sociais (Mead, 1934; Bamberg *et al.*, 2011) e moldado por respostas simbólicas e afetivas do contexto (Butler, 2004).

Compreendemos a consciência identitária como um eixo decisivo dinâmico, que orienta os movimentos do self ao longo da trajetória de construção da identidade. À medida que o indivíduo vivencia diferentes possibilidades, elabora caminhos internos, avalia riscos e projeta futuros possíveis. Essa perspectiva dialoga com aportes da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Narrativa, que reconhecem a consciência identitária como mediadora de escolhas (Vignoles, Schwartz & Luyckx, 2011), elemento integrador da continuidade temporal do self (McLean & Syed, 2016) e guia motivacional baseada em representações antecipatórias de si (Oyserman & James, 2011). Fortalecer essa consciência, portanto, não conduz a uma definição fixa de identidade, mas desenvolve a capacidade crítica e fluida de (re)posicionamento no mundo, em constante diálogo com o ambiente, os afetos e as próprias narrativas.

Esse percurso, no entanto, nem sempre ocorre de maneira linear. Pesquisas sugerem que o processo de construção identitária pode incluir momentos de suspensão ou pausa, nos quais o sujeito interrompe temporariamente seus ensaios performativos — não como sinal de regressão, mas como parte de um movimento de reorganização emocional e narrativa (Kroger, 2007; McLean & Syed, 2016). Tais pausas permitem a reflexão sobre vivências passadas, a elaboração de conflitos internos e a reorientação de escolhas futuras com maior intencionalidade.

A partir da Teoria do Self Dialógico (Hermans, 2023; Hermans-Konopka & Hermans, 2010), compreende-se que a identidade não é um núcleo estável, mas o resultado da convivência dinâmica entre múltiplas vozes internas que se tensionam, reorganizam e reconfiguram ao longo do tempo. Nesse sentido, a ausência de um compromisso identitário fixo não implica em falta de agência, mas pode expressar um engajamento ético com a multiplicidade do ser e com o próprio processo de construção identitária como prática contínua.

Este estudo adota, assim, a noção de *identity play* como eixo integrador das dinâmicas analisadas. Entendemos os jogos identitários como espaços de experimentação do self, nos quais indivíduos mobilizam figurações futuras de si — concepções projetivas que orientam desejos, escolhas e performances (Markus & Nurius, 1986; Ibarra & Petriglieri, 2010). Essas representações

são ativadas em interações simbólicas e situadas, manifestando-se como vozes que dialogam entre diferentes posições de identidade dentro de um self polifônico.

Tais vozes são organizadas em tramas de sentido que produzem uma identidade narrativa (Clandinin & Connelly, 2000; McLean & Syed, 2016), construída a partir da memória, da imaginação e da linguagem. A cada nova experimentação, emerge também uma dimensão performativa (Butler, 1990), por meio da qual o gênero não é apenas representado, mas constituído por gestos, práticas e discursos culturalmente reconhecidos. Dessa forma, o conceito de *identity play* permite compreender, de modo articulado, a fluidez, a agência e a vulnerabilidade envolvidas na construção das identidades não binárias em contextos marcados pela normatividade de gênero.

Para facilitar a visualização das abordagens teóricas mobilizadas neste estudo, apresenta-se o Quadro 1:

Quadro 1: Abordagens teóricas mobilizadas no referencial teórico

| Conceito-chave | Autores principais | Abordagem/Área | Contribuição ao estudo |
|-------------------------------------|---|---|---|
| Identidade de Gênero | Hennekam & Ladge (2023); Ashraf et al. (2023) | Psicologia Organizacional / Estudos Organizacionais | Define a identidade de gênero como construção subjetiva e relacional no ambiente de trabalho. |
| Performatividade de Gênero | Butler (1990; 2004; 2011); Rumens & Kerfoot (2009) | Estudos de Gênero | Analisa o gênero como ato reiterativo e sua tensão com normas cis-heteronormativas. |
| Eus Possíveis / Expansão do Self | Markus & Nurius (1986); Oyserman & James (2011); Obodaru (2012) | Psicologia do Self / Desenvolvimento | Fundamenta o “pré-jogo” como surgimento espontâneo de imagens futuras do self. |
| Jogo de Identidade | Ibarra & Petriglieri (2010); Stanko et al (2022); Truong (2023) | Psicologia Organizacional | Entende a experimentação de “eus possíveis” como prática provisória e segura |
| Consciência de Identidade de Gênero | Ghaempanah & Khapova (2020); Vignoles et al. (2011) | Psicologia Social | Sustenta a noção de consciência como base reflexiva para decisões identitárias em contextos situados. |
| Narrativa e Reflexividade | McLean & Syed (2016); Kroger (2007) | Psicologia do Desenvolvimento | Aprofunda como pausas e relatos organizam a trajetória e fortalecem a identidade. |
| Fluidez Contínua | Flum & Kaplan (2006); Hermans & Konopka (2010) | Educação / Teoria do Self | Posiciona a fluidez e o trânsito como formas maduras e adaptativas de identidade. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Procedimentos metodológicos

Este estudo adota uma perspectiva epistemológica interpretativista, partindo do princípio de que a realidade social é construída e interpretada pelos próprios sujeitos com base em suas experiências, significados e interações (Schwandt, 1994; Denzin & Lincoln, 2011). Tal perspectiva é coerente com o objetivo da pesquisa: compreender os processos de construção da identidade de gênero não binária por meio de jogos identitários.

Para tanto, adotou-se o método *grounded theory* com base na abordagem construtivista de Charmaz (2014), que orientou tanto a coleta quanto a análise dos dados. A *grounded theory* foi escolhida por sua capacidade de gerar teoria fundamentada empiricamente a partir da codificação sistemática das narrativas dos participantes, especialmente em contextos ainda pouco explorados na literatura.

A pesquisa foi realizada no Brasil, país marcado por altos índices de violência contra pessoas transgênero e de gênero não conforme, com 151 assassinatos registrados apenas no ano de 2022 (Cerqueira & Bueno, 2024; Benevides, 2023). Durante o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, houve retrocessos significativos nos direitos da população LGBTQIAPN+, como a extinção de conselhos e a invisibilização institucional da pauta (Decreto Nacional nº 9.759/2019; nº 10.346/2020). A partir de 2023, com a eleição do presidente Lula da Silva, observa-se um novo posicionamento estatal, como a reinstalação do Conselho Nacional dos Direitos da LGBTQIAPN+ e a criação da Secretaria de Promoção dos Direitos LGBTQIAPN+ (Decreto nº 11.471/2023). Apesar desses avanços, ainda persistem desafios relacionados ao reconhecimento legal e ao acesso a serviços de saúde para pessoas trans e não binárias, o que torna urgente a compreensão de suas trajetórias identitárias.

Participaram do estudo 47 indivíduos que se identificam como não binários, com idade mínima de 18 anos, experiência profissional e autodeclaração de identidade de gênero não binária, independentemente do sexo atribuído ao nascimento. A seleção dos participantes foi feita inicialmente por conveniência, por meio da rede pessoal e profissional do primeiro autor, que também se identifica como não binário, e, posteriormente, por amostragem em bola de neve. A coleta foi interrompida quando se alcançou a saturação teórica. A idade média dos participantes foi de 34 anos (variando de 18 a 53), com média de 12 anos de experiência profissional. A amostra foi etnicamente diversa, refletindo o perfil demográfico brasileiro: 15 pardos/mistos, 14 brancos, 10 pretos, 4 indígenas e 2 de origem asiática. Os setores de atuação incluíram TI, educação, bancos, saúde e indústrias criativas.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2022 e agosto de 2024, presencialmente ou por meios remotos, conforme preferência dos participantes. A técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro inicial que evoluiu ao longo da coleta conforme novos temas emergiram. Foi conduzido um processo preparatório de sensibilização e formação ética com uma pessoa não binária que colaborou para garantir a abordagem respeitosa, sensível e alinhada com a terminologia adequada. Essa pessoa também colaborou na criação de *rapport* com o campo e facilitou o acesso à rede de participantes.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fucape, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que rege pesquisas em Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos, procedimentos, potenciais riscos e benefícios da pesquisa, tendo assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes da realização das entrevistas.

A confidencialidade e o anonimato dos participantes foram integralmente assegurados. Todos os nomes utilizados nas citações são fictícios, criados

pelos próprios participantes ou atribuídos pelos pesquisadores para fins ilustrativos. Nenhuma informação pessoal que permitisse a identificação direta foi mantida nos registros ou transcrições. Os dados foram armazenados em ambiente seguro e acessível apenas à equipe de pesquisa, conforme as boas práticas de proteção de dados sensíveis

Cada entrevista teve duração média de uma hora (variando entre 30 minutos e duas horas). Ao término, eram produzidos memorandos analíticos, com impressões iniciais e temas emergentes. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas com o apoio de um transcritor. O processo analítico seguiu as etapas propostas por Charmaz (2014): codificação inicial (aberta), codificação focada e construção de categorias teóricas. Os dados foram codificados progressivamente conforme eram coletados, em um processo de constante comparação e refinamento dos códigos. Foram utilizados termos dos próprios participantes (temas de primeira ordem), que foram agrupados em temas de segunda ordem e, posteriormente, em dimensões teóricas agregadas, culminando na construção de um modelo teórico conceitual.

Durante a análise, identificaram-se diferentes formas de jogos de identidade — como jogos cognitivos, vicários, virtuais e performáticos — que ocorriam de maneira não linear e variavam em nível de risco, intencionalidade e co-construção social. Essa observação levou ao refinamento dos códigos e à formulação do modelo de jogos identitários proposto, com os níveis de *mindplay*, *cosplay* e *storyplay*. O método da *grounded theory* mostrou-se eficaz para acessar a complexidade e fluidez das trajetórias identitárias não binárias, gerando teoria fundamentada nas vivências e significados construídos pelos próprios sujeitos.

■ Apresentação e análise dos dados

Nesta seção, apresenta-se o modelo teórico desenvolvido com base nas entrevistas realizadas, acompanhado de evidências empíricas que sustentaram a análise (Figura 1). O modelo propõe que indivíduos não binários constroem suas identidades por meio de diferentes formas de “jogos de identidade” — processos de experimentação subjetiva e performativa — que emergiram da análise empírica e foram organizados em três categorias principais: *Mindplay*, *Cosplay* e *Storyplay*.

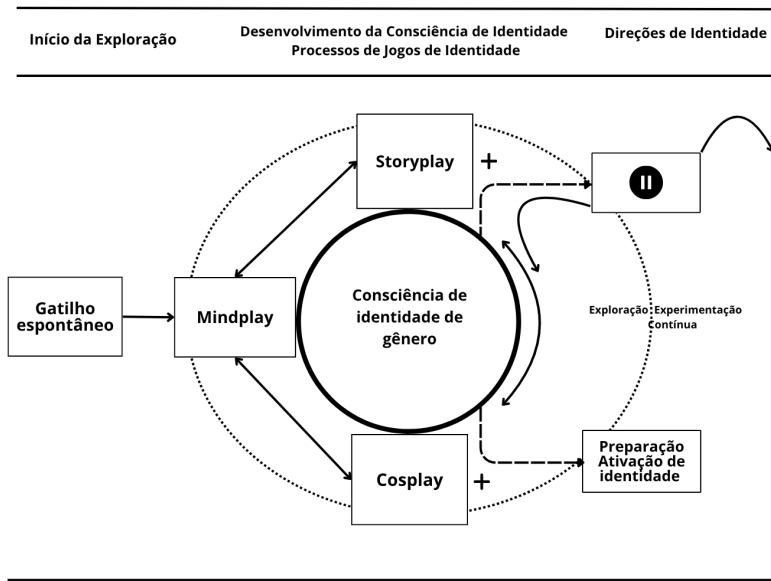


Figura 1: Modelo conceitual da construção de identidade de indivíduos não binários por meio do jogo de identidade

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Nota: As setas bidirecionais entre *Mindplay*, *Cosplay* e *Storyplay* representam a natureza não linear da experimentação de identidade, permitindo que o indivíduo transite entre essas formas de jogo enquanto desenvolve sua Consciência de Identidade de Gênero. O círculo que representa essa consciência reforça sua continuidade e evolução, ampliada pelas interações com os diferentes jogos. O símbolo + (mais) indica que, à medida que a Consciência de Identidade de Gênero aumenta, o indivíduo se torna mais preparado para seguir uma das duas direções representadas pela seta pontilhada: ativação da identidade de gênero ou pausa/retorno ao processo de experimentação. O símbolo II representa um momento de reflexão no qual o indivíduo pode tanto retornar ao processo de experimentação inicial quanto reexplorar ou investigar novas possibilidades de identidade, saindo do ciclo de exploração. O círculo pontilhado reflete o processo de exploração e experimentação contínua.

Importa destacar que esses jogos não são apenas metáforas lúdicas, mas categorias analíticas construídas a partir dos dados, articuladas com uma base teórica consistente. A escolha do sufixo *play* (jogo) em cada categoria, buscou refletir os fundamentos da literatura. Assim, o jogo aqui é entendido como um ato performativo e reflexivo: uma forma de teste, moldagem e reconfiguração de possibilidades identitárias diante de normas sociais, contextos relacionais e inquietações subjetivas. Cada categoria foi nomeada para refletir o tipo de exploração identitária que representa — seja no plano mental, corporal ou narrativo. A seguir, apresenta-se o Quadro 2, que sintetiza as três categorias analíticas, suas origens conceituais, descrições e contextos de aplicação:

Quadro 2: Tipologia dos Jogos de Identidade

| Categoria | Origem e Inspiração Teórica | Descrição Conceitual | Contexto de Aplicação |
|------------------|--|--|---|
| Mindplay | O termo <i>mindplay</i> combina <i>mind</i> (mente) e <i>play</i> (jogo), enfatizando que essa forma de experimentação ocorre no plano mental e introspectivo. A escolha do sufixo <i>play</i> foi intencional para refletir um processo de simulação e imaginação identitária que, embora interno, é ativo e reflexivo (Markus & Nurius, 1986; Oyserman & James, 2011). | Representa o nível mais introspectivo da experimentação identitária. Envolve simulações cognitivas, diálogos internos e identificações vicárias com outras pessoas não binárias, sem exposição pública. | Pensamento privado, elaboração de eus possíveis, observação silenciosa de modelos identitários. |
| Cosplay | Inspirado no termo amplamente difundido <i>cosplay</i> (de <i>costume/fantasia</i> + <i>play</i>), a nomenclatura foi ressignificada para este estudo. Aqui, <i>cosplay</i> remete à experimentação identitária mediada por elementos estéticos (vestimenta, aparência, avatares), em espaços físicos ou virtuais, preservando a lógica performativa e provisória. Tal perspectiva está alinhada aos princípios da performatividade de gênero (Butler, 1990, 2004;2011) | Refere-se à experimentação da identidade de gênero por meio do corpo, da aparência ou de avatares digitais. Marca a transição da introspecção para uma performance social inicial, geralmente em espaços seguros. | Redes sociais, jogos online, eventos de diversidade, grupos de apoio, ensaios performativos em público. (No corpo e no social) |
| Storyplay | O termo <i>storyplay</i> une <i>story</i> (história) e <i>play</i> (jogo/ encenação). A nomenclatura evidencia que, nesse nível, a identidade é explorada por meio de narrativas (reais ou fictícias) e performances públicas. O uso de <i>play</i> mantém a ideia de experimentação, agora vinculada à linguagem, à arte e à coautoria com o público. (Herman, 2023; Hermans-Konopka & Hermans, 2010). | Envolve a criação e expressão de histórias ou performances como forma de afirmar, experimentar ou negociar a identidade de gênero. A atuação identitária se torna pública e simbólica, marcada por maior visibilidade e risco. | Apresentações artísticas, discursos públicos, compartilhamento de histórias em redes ou rodas sociais. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Essa categorização constitui não apenas uma tipologia da experimentação identitária, mas também um mapa interpretativo para compreender como sujeitos não binários constroem suas identidades de modo fluido, situado e processual. Por uma questão de parcimônia visual, optou-se por representar apenas as três categorias principais no modelo gráfico, embora os dados indiquem nuances adicionais dentro de cada jogo. A seguir, detalha-se cada nível, articulando os achados empíricos às bases teóricas previamente discutidas neste trabalho.

Início da exploração: gatilho espontâneo – expansão geral do self

A análise dos dados revela que o início do processo de experimentação da identidade de gênero entre indivíduos não binários ocorre, com frequência, de forma espontânea, sem a presença de um evento específico ou deliberado que o desencadeie. Os participantes descrevem esse momento inaugural como uma percepção interna, muitas vezes silenciosa, de que algo em sua vivência de gênero não se encaixava nas expectativas binárias da sociedade. Esse movimento inicial — marcado por inquietações, curiosidade ou desconforto — alinha-se ao que Ahmed (2004) denomina como despertar

afetivo: uma sensibilidade que emerge no corpo e nos afetos antes mesmo de ser nomeada ou racionalizada.

Nesse processo, ganham centralidade as representações mentais de versões futuras ou alternativas do *self*, que operam como motores motivacionais para a ação e a reflexão (Markus & Nurius, 1986; Ibarra, 1999; Obodaru, 2012). Essas imagens projetivas não são, entretanto, planos fixos, mas eus provisórios — formas experimentais e transitórias de identidade que o sujeito assume temporariamente para testar novas possibilidades de ser no mundo (Ibarra & Petriglieri, 2010). Tais versões emergem de maneira sutil e intuitiva, muitas vezes sem planejamento consciente, como relataram participantes que afirmaram “não ter planejado” explorar sua identidade, mas que ainda assim se viram impulsionados a fazê-lo. Esse impulso revela justamente o despertar de *possibles selves* que permitem ao sujeito vislumbrar, ainda, outras formas de existência momentaneamente, outras formas de existência.

Foi meio curioso quando comecei a fazer isso. Eu não tinha um plano claro para começar a me apresentar nesses lugares com o nome Nick. Não foi algo que eu planejei. Foi apenas uma improvisação de certa forma. Acho que me encontrei querendo experimentar algo novo, algo que talvez estivesse dentro de mim, mas que se manifestou de uma forma um tanto desorganizada. Eu simplesmente me senti tão confortável com essa maneira de ser, com aquelas interações [com pessoas não binárias], que estava me apresentando [com o nome Nick] para as pessoas ao meu redor (Participante 32).

Acho que é semelhante ao que uma pessoa sente ao experimentar uma nova perspectiva sobre si mesma. Neste evento de diversidade, decidi correr o risco, ver como me sentia e como as pessoas reagiriam. Acho que fui movido muito mais pela curiosidade do que por qualquer tipo de sofrimento. Depois de explorar essa possibilidade e começar a me sentir confortável com esses experimentos, foi quando comecei a ver que seria mais feliz como uma pessoa não binária (Participante 27).

Esse movimento espontâneo também se ajusta como um estilo de exploração informacional, no qual o sujeito questiona e investiga ativamente suas crenças e possibilidades, mesmo antes de tomar uma decisão concreta (Berzonsky, 2004). Ainda que não haja um compromisso identitário formal, já existe uma abertura reflexiva que será fundamental para os jogos de identidade posteriores. Flum e Kaplan (2006), ao descreverem a orientação exploratória, reforçam que esse estado de abertura não é sinal de imaturidade, mas sim uma forma adaptativa e crítica de se posicionar frente às incertezas da vida — inclusive aquelas relacionadas à identidade de gênero.

Por fim, esse início de jornada pode ser compreendido como uma ruptura com o *script* normativo de gênero, mesmo que ainda sem linguagem ou performance visível. Ao estranhar o próprio lugar dentro da matriz de inteligibilidade de gênero (Butler, 1990), o sujeito inicia uma trajetória que irá, progressivamente, articular pensamento, emoção e ação. Assim, o gatilho espontâneo constitui o ponto de partida da trajetória identitária analisada neste estudo — um movimento afetivo, reflexivo e silencioso de expansão do *self* que inaugura a possibilidade de experimentar outros modos de ser.

Níveis de experimentação de identidade: desenvolvimento da consciência de gênero

Após o surgimento do gatilho espontâneo de autoconhecimento, os indivíduos iniciam uma série de experimentações identitárias que se desdobram em níveis progressivos e interativos. Esses níveis, aqui denominados *mindplay*, *cosplay* e *storyplay*, correspondem a formas distintas — porém complementares — de jogos de identidade, nos quais os sujeitos exploram e constroem suas expressões de gênero em diálogo com seus contextos sociais, afetivos e simbólicos.

A experimentação identitária, é aqui compreendida como um processo de *identity play*, no qual o sujeito simula realiza projeções futuras de si mesmo em diferentes arenas de ação, testando sentimentos, reações e sentidos de pertencimento (Ibarra & Petriglieri, 2010; Stanko *et al.*, 2022). Esses jogos são, ao mesmo tempo, performativos, relacionais e reflexivos, e não seguem uma linearidade rígida, mas sim movimentos circulares, nos quais o sujeito pode avançar, recuar ou permanecer em estado de experimentação contínua (Flum & Kaplan, 2006).

A figura da consciência de identidade de gênero, funciona aqui como eixo dinâmico e integrador desse processo, articulando as experiências internas e externas do sujeito (Ghaempanah e Khapova, 2020).

Mindplay

Nos níveis de experimentação identitária, o *mindplay* representa a fase mais introspectiva, na qual os sujeitos iniciam seus jogos de identidade em um campo essencialmente interno. Trata-se de um estágio de baixa intencionalidade pública, marcado por reflexões mentais, diálogos internos e simulações imaginativas de si como pessoas não binárias. Esse processo remete ao que Erikson (1968) e Berzonsky (2004) definem como exploração identitária — um movimento de busca ativa por alternativas de identidade — que, neste caso, ainda não se traduz em expressão visível. Dentro dessa dinâmica, foram identificadas duas formas principais de jogos identitários: o jogo de identidade cognitivo e o jogo de identidade vicário.

Uma das primeiras manifestações observadas é o jogo de identidade cognitivo, caracterizado por diálogos internos profundos e simulações mentais detalhadas, nos quais os indivíduos exploram como seria viver como pessoas não binárias. Neste jogo, o risco é praticamente inexistente, pois a exploração ocorre exclusivamente no campo da imaginação, tornando-se invisível aos olhos externos. Por meio da construção de cenários mentais e questionamentos internos, os participantes ensaiam a vivência dessa identidade, permitindo-se experimentar sentimentos, dúvidas e *insights* sem o temor de julgamentos. Esse jogo atua como um primeiro contato com a não binariedade, no qual se exercita a empatia consigo e se ponderam os sentidos emocionais e cognitivos dessa possibilidade identitária.

Nesse estágio, os participantes relataram o surgimento de imagens mentais de si mesmos em formas alternativas de existir — ainda não verbalizadas ou encenadas (Markus & Nurius, 1986, Ibarra & Petriglieri, 2010; Obodaru, 2012; Obodaru, 2017). A mente funciona, aqui, como um

laboratório identitário: um espaço seguro para ensaiar desejos, temores e versões futuras de si. É o *mindplay*, no qual cognição, afetividade e imaginação se entrelaçam na abertura de novos caminhos para o *self*. Como relatou um dos participantes:

Eu me via envolvido em muitos diálogos internos, ponderando sobre os conflitos potenciais. Por exemplo, eu dizia para mim mesmo: 'Você tem certeza de que isso é tão importante? Não seria mais essencial focar na carreira? Isso é realmente significativo?' Eu até usei uma ferramenta chamada 'Future Me' para enviar e-mails para meu eu futuro, questionando se, com o tempo, eu ainda sentiria a mesma conexão com essa ideia de ser uma pessoa não binária. Ao receber esses e-mails, lembro o quanto essa possibilidade foi intensa no passado e reflito se realmente faz sentido hoje (Participante 46).

Paralelamente ou em uma etapa subsequente, alguns indivíduos iniciam o jogo de identidade vicário, uma forma de experimentação observacional e indireta. Nesse jogo, a vivência da identidade não binária acontece por meio da identificação e projeção sobre as experiências de outras pessoas não binárias. Sem envolver uma atuação direta, esse tipo de jogo permite ao indivíduo "experimentar por espelhamento", vivenciando emoções e reações ao observar a expressão de outros corpos não conformes.

Esse tipo de experimentação, trata-se de uma forma de realização vicária de identidade, pela qual o indivíduo internaliza afetivamente a trajetória de outro próximo — como um filho ou amigo — e a vivencia como um "*self* alternativo" significativo (Obodaru, 2012; 2017). Mesmo que não atue diretamente essa identidade, ela ainda influencia seus pensamentos, emoções e autocompreensão, funcionando como um modo potente e legítimo de experimentar o que poderia ter sido. Um participante explicou como esse processo se manifestou ao observar seu filho:

Quem me inspirou nesse processo foi meu filho, Elo, que se identificou como não binário há muitos anos. Pude vivenciar o processo por meio deles, me encontrando em espaços onde me sentia mais confortável com os amigos deles do que com os meus. A interação com o mundo deles foi minha forma de experimentar essa identidade (Participante 7).

Por outro lado, o desenvolvimento da identidade ocorre não apenas por meio de narrativas pessoais, mas também pela escuta e internalização de narrativas sociais significativas. Nesse sentido, o jogo vicário também pode ser compreendido como um ato de "espelhamento narrativo", no qual o sujeito antecipa possibilidades identitárias ao habitar, simbolicamente, a história de outrem (McLean & Syed, 2016; Bamberg *et al.*, 2012). Outro participante compartilhou como a convivência com pessoas não binárias em espaços seguros atuou como um gatilho identitário:

Estar em contato com [pessoas não binárias em lugares seguros] ajudou-me a manter viva essa parte de mim que eu ainda não expressava. Eu tinha um nome fantasia que usava nessas interações, e essa 'persona' me permitiu experimentar aquele papel. A troca de histórias e conversas com essas pessoas foi essencial para eu ganhar confiança (Participante 40).

Essa fase de *mindplay* constitui um estágio fundamental para o desenvolvimento da consciência de gênero, funcionando como um espaço introspectivo e protegido, no qual o indivíduo inicia sua jornada identitária sem o risco de exposição pública. Através dos jogos cognitivo e vicário, é possível

estabelecer uma base emocional e reflexiva sólida para o questionamento das normas de gênero e a experimentação de alternativas mais autênticas.

Nesse processo, eu acabei conhecendo mais de perto mesmo pessoas trans. [...] Nos diálogos, comecei a me identificar muito com o que elas traziam. [...] Comecei a fazer reflexões sobre os desconfortos que passei na vida; nunca me senti encaixando nem no grupo de homens nem no grupo de mulheres (Participante 33).

Nesse estágio, há uma intensa articulação entre o eu imaginado e o eu socialmente possível, ainda que apenas em potencial. As experiências vicárias e os diálogos internos favorecem o surgimento do que Hermans-Konopka e Hermans (2010) chamam de polifonia interna — múltiplas vozes e possibilidades de identidade dialogando dentro do self. Essas vozes ampliam a consciência de gênero, mesmo que em silêncio, ou seja, não se trata de uma escolha deliberada, mas do aflorar de um desejo de existir de outra forma (Ahmed, 2013).

Assim, o *mindplay* inaugura o processo de construção da identidade de gênero não binária de forma subjetiva, silenciosa e segura. É nele que o sujeito se autoriza a desejar e imaginar outros modos de ser, sem ainda precisar enfrentar o olhar normativo do mundo externo. Como primeira fase da jornada identitária, essa etapa oferece sustentação emocional e cognitiva para os momentos futuros, nos quais o corpo e a interação social passarão a ocupar o centro da cena.

Cosplay

Na fase de experimentação identitária denominada *cosplay*, os indivíduos não binários começam a externalizar e testar aspectos de sua identidade de gênero em interações sociais, geralmente em contextos controlados e relativamente seguros — tanto físicos quanto virtuais. Esse estágio representa um avanço em relação ao *mindplay*, pois marca a transição do espaço interno da imaginação para o campo performativo da expressão pública, ainda que em ambientes protegidos por códigos de pertencimento e reconhecimento mútuo. Aqui, corpo e imagem passam a funcionar como ferramentas de investigação e afirmação do self em construção.

Inspirado na ideia de “vestir-se como”, o termo *cosplay* é aqui ressignificado para designar a experimentação performativa da identidade de gênero, em que os sujeitos “encarnam” versões possíveis de si por meio da aparência, do estilo, dos avatares e da estética como linguagem de identidade. Como sugerem Butler (2004) e Ahmed (2012), o corpo torna-se texto político e campo de negociação, onde a performatividade de gênero se articula como resistência e invenção. Essa categoria de experimentação identitária *cosplay*, se desdobra em duas formas principais observadas nas entrevistas: o jogo de identidade virtual e o jogo de identidade físico. Ambas envolvem o uso do corpo ou de representações simbólicas para explorar a identidade de gênero, mas diferem quanto ao meio, à visibilidade e aos riscos envolvidos.

O jogo de identidade virtual ocorre em espaços *online* e comunidades digitais, onde os indivíduos criam avatares ou personagens que incorporam aspectos de uma identidade não binária. Esses ambientes funcionam como espaços liminares — relativamente seguros e anônimos — que permitem a

livre experimentação de diferentes facetas identitárias, com menor risco de julgamento ou rejeição (Stanko et al, 2022). A virtualidade, assim, opera como um “laboratório” identitário (Ibarra & Petriglieri, 2010), onde a reversibilidade e o anonimato criam um terreno fértil para a experimentação fluida e segura.

Sabe onde me apresentei como uma pessoa não binária pela primeira vez? Foi em um jogo de vídeo. Escolhi características físicas para meu personagem semelhantes às minhas e usei um nome neutro, algo que muitas pessoas não binárias preferem. Essa experiência foi meu laboratório; ganhei confiança ao enfrentar reações negativas e conheci outros personagens não binários. Hoje, no meu trabalho, minha aparência atual, com cabelo colorido e um visual que não é nem masculino nem feminino, é uma extensão do meu avatar no jogo — um avatar de carne e osso (Participante 36).

A experimentação virtual é vista, por muitos, como um espaço liminar para desenvolver uma identidade de gênero flexível e não conformista. Essas experiências ilustram um manejo estratégico da identidade (Goffman, 1963) — em que o indivíduo regula a exposição de seus traços identitários conforme o contexto. No *cosplay* virtual, o “controle” sobre o corpo simbólico do avatar permite calibrar expressões de gênero com base nas reações alheias, oferecendo uma base para transpor esses experimentos ao corpo físico.

Comecei minha experimentação como pessoa não binária em um ambiente virtual porque era mais seguro. Era um espaço onde, se eu me sentisse inseguro, bastava pressionar ‘Ctrl+Z’ e reverter tudo sem consequências significativas (Participante 47).

O jogo de identidade físico, por sua vez, envolve o uso do próprio corpo e de elementos estéticos — como vestimentas, penteados, maquiagem e acessórios simbólicos (camisetas com mensagens, pins com pronomes etc.) — para afirmar e investigar a identidade de gênero em interações presenciais. Para muitas pessoas, esse tipo de experimentação é uma progressão natural após experiências bem-sucedidas no ambiente virtual, marcando uma transição para contextos mais tangíveis e socialmente expostos (Stanko et al., 2022; Malamed, 2022).

Após algum tempo com um perfil alternativo no Instagram, tomei coragem para me expressar abertamente. Descobri um grupo de pessoas não binárias que se reunia no Parque do Ibirapuera, e decidi ir até lá com uma camiseta que indicava meu pronome. Foi um processo gradual de aumento de exposição, que começou no ambiente virtual e evoluiu para a interação física (Participante 18).

Essa forma de jogo de identidade é frequentemente co-construída com outros indivíduos de trajetórias semelhantes. A interação com pares oferece suporte afetivo e validação simbólica, promovendo maior segurança para o aprofundamento da experimentação identitária.

Eu já havia feito a transição como mulher trans, mas me sentia desconfortável com o rótulo de gênero. Interagir com Jessie, uma pessoa trans que estava se identificando como não binária, me ajudou a perceber que, embora eu goste de ter uma aparência feminina, isso não significa que preciso me encaixar como mulher. Comecei a frequentar lugares específicos para pessoas não binárias e a experimentar diferentes formas de expressão. Esse processo não foi isolado; aconteceu graças às conversas e ao apoio mútuo, o que foi essencial para minha transformação (Participante 33).

À medida que o indivíduo se engaja nos jogos de identidade virtual e físico, a consciência de gênero passa a envolver uma relação mais direta com o mundo externo. O *cosplay* torna-se um campo de experimentação mais concreto e interativo, onde a identidade deixa de ser apenas imaginada e passa a ser performada em espaços sociais reais. Essa experimentação se articula à noção de visibilidade estratégica (Malamed, 2022), na qual os sujeitos calculam riscos e selecionam cuidadosamente os espaços em que suas expressões de gênero serão compartilhadas.

Eu vim para São Paulo com essa pauta, comecei a articular esse movimento e, dentro do grupo online [...] apesar dos encontros presenciais terem poucas pessoas e o grupo *online* ser gigantesco, surgiu um grupo paralelo com 100 homens cis, só pessoas trans e mulheres cis ou trans. Esse grupo me convidou para participar como uma exceção, porque eu ainda era um homem cis para a sociedade, porque eu não fazia ideia de que existia qualquer outra opção. Em contato com essas pessoas, descobri que existia o não binário. O não binário se revelou para mim, e eu falei: 'é, parece que eu sou isso daí então.' As pessoas me deram apoio, e eu passei a ter uma comunidade; a vida ficou muito mais fácil do que era antes, porque eu tentava dialogar com pessoas que não me entendiam e que me alienavam da sociedade (Participante 5).

Esse estágio promove uma ampliação significativa da consciência de identidade de gênero, ao tensionar as fronteiras entre o interno e o externo, o imaginado e o vivido. O *cosplay*, nesse contexto, não deve ser interpretado como uma fase superficial ou efêmera, mas como um campo liminar onde se travam embates simbólicos com a cisnormatividade (Benschop & Doorewaard, 1998; Hearn & Collinson, 2006).

Trata-se de uma arena potente de afirmação, negociação e co-construção da identidade não binária em trânsito. A construção de uma identidade reflexiva envolve a rejeição de papéis preestabelecidos e a criação ativa de narrativas próprias por meio da *agency* (Côté e Levine, 2014). A estética performada no jogo *cosplay* pode, assim, ser compreendida como uma forma micropolítica de *agency*, na medida em que o corpo é intencionalmente mobilizado como instrumento de resistência e reinvenção. Ao explorar esses jogos — físicos e virtuais — os participantes exercem *agency* sobre suas narrativas de gênero, acionando performances que oscilam entre o ocultar e o revelar, entre a resistência e o pertencimento. O corpo, nesse processo, deixa de ser apenas veículo de expressão e torna-se também um meio de contestação e transformação social.

Storyplay

O nível de experimentação denominado *storyplay* representa a fase mais ativa, visível e social da construção identitária, na qual a expressão de gênero deixa os espaços mais protegidos do *mindplay* e do *cosplay* para emergir em arenas públicas e simbólicas. Nesse estágio, os sujeitos não binários utilizam a narrativa e a performance como ferramentas para investigar, afirmar e co-construir sua identidade de gênero. A experimentação, aqui, não se destina apenas ao reconhecimento interno, mas se orienta à interação com o outro — com a audiência, com a comunidade, com o mundo. O *storyplay* se manifesta em dois modos principais: o jogo de identidade narrativa e o jogo de identidade performática.

O jogo de identidade narrativa constitui uma forma de experimentação em que os participantes contam histórias sobre si mesmos como indivíduos não binários. Muitas vezes, essas narrativas são fictícias ou parcialmente verdadeiras, funcionando como espaços liminares (Turner, 1969) nos quais se testam as reações sociais à expressão de gênero em um território simbólico e de menor risco imediato. Trata-se de um movimento que ecoa a noção de ensaio identitário (Ibarra & Obodaru, 2016), no qual a ficção permite pré-vivenciar possibilidades identitárias e observar suas repercussões emocionais e sociais antes de uma ativação definitiva da identidade.

Por anos, encontrei minha realização por meio do meu filho não binário. Mas eventualmente, eu queria mais. Sem meu filho saber, durante uma conversa com indivíduos em um evento de diversidade, compartilhei uma história inventada sobre como descobri minha identidade não binária. Eu nunca havia vivido aquilo de fato, mas me senti compelido a dar esse passo para experimentar como seria contar essa história e avaliar como eu seria recebido (Participante 4).

Durante uma festa de fim de ano, decidi contar uma história inventada sobre como é ser uma pessoa não binária no Brasil. Narrei situações que nunca haviam acontecido. Não tenho certeza de por que fiz isso, mas confesso que me deu confiança. Quando compartilhei essa história, usei termos que sabia que pessoas não binárias usavam e testei as reações das pessoas ao me verem dessa forma, mesmo que estivesse me apresentando como mulher (Participante 2).

Essas práticas dialogam com o papel das narrativas na articulação entre passado, presente e futuro do self. Ao criar e compartilhar essas histórias, os sujeitos não apenas “fingem” ser não binários, mas constroem espaços de sentido nos quais podem explorar seu pertencimento, validação e reconhecimento — ancorando emocionalmente suas experimentações (McLean e Syed, 2016).

Já no jogo de identidade performática, a experimentação torna-se ainda mais física e ativa. Os indivíduos assumem protagonismo na encenação de suas identidades de gênero, explorando-as por meio de práticas artísticas e expressivas. O corpo torna-se palco, linguagem e resistência. Performances públicas — musicais, teatrais, poéticas ou visuais — funcionam como veículos de afirmação e disputa simbólica. Esse tipo de jogo conecta-se diretamente à teoria da performatividade de gênero de Butler (1990; 2004; 2011), que compreende o gênero como algo que se constrói na repetição de atos e gestos, e não como uma essência fixa.

Inclusive a minha mãe passou a me entender melhor depois de ouvir uma música minha, depois de ver um show [...]minha família toda é assim, elas vão a um show para entender melhor as coisas que eu falo e tal (Participante 16).

Eu me visto para atuar [...] algumas pessoas me confundem com transgêneros. Achei maravilhoso ver como essas mudanças geram reações tão diversas (Participante 14).

Ao performar o gênero em ambientes sociais, os indivíduos experienciam simultaneamente vulnerabilidade e *agency*. Como destacam Rumens e Kerfoot (2009), a visibilidade dos corpos dissidentes pode tanto empoderar quanto expor — dependendo do grau de acolhimento e do contexto social em que se inscrevem. No Brasil, país que lidera índices globais de violência transfóbica (Benevides, 2023), essa exposição

performática não é apenas um gesto de expressão individual, mas um ato radical de resistência.

Essa visibilidade confronta diretamente a pedagogia da norma, desestabilizando o regime cisnormativo ao reivindicar a presença e a legitimidade de corpos que ele historicamente tenta apagar (Bento, 2006). Tornar-se visível, nesse contexto, é também tornar-se vulnerável — o que demanda estratégias contínuas de negociação, deslocamento e proteção, articuladas tanto no plano subjetivo quanto no coletivo. Assim, a performance de gênero torna-se mais do que um ensaio identitário: ela é gesto insurgente e tática de existência em territórios onde a diferença ainda é punida (Jesus, 2019).

Através dos jogos de identidade narrativa e performática, os sujeitos testam suas expressões de gênero com um grau de intencionalidade e risco elevado, mobilizando práticas que combinam arte, estética, emoção e crítica social. Em ambas as formas, o *storyplay* desafia a noção de que a identidade precisa ser estável e unitária (Moser & Ashforth, 2021), revelando sua natureza múltipla, fluida e situada. Esse processo se ancora na ideia de que os jogos funcionam como cenas identitárias, nas quais o sujeito reinventa as percepções de si e do outro. Como propõem Bamberg *et al.* (2011), a identidade é construída em coautoria com o público. Ao compartilhar histórias e performances, os participantes reconfiguram seu lugar no mundo e desafiam os limites da binariedade de gênero.

É uma forma de agir, que é usar o meu próprio corpo para intervir socialmente [...] é uma performance que pode ser um evento urbano ou particular [...] para explorar minha identidade e desafiar os limites de gênero (Participante 9).

Nesse nível de experimentação, a consciência de identidade de gênero se amplia ao articular experiências internas e externas, cognição e emoção, ficção e realidade. O palco, simbólico ou literal, transforma-se em laboratório vivo, onde a identidade é, ao mesmo tempo, testada, negociada e transformada. Nesse processo que emerge o self dialógico — múltiplas vozes identitárias que interagem, se contestam e se (re)afirmam nas relações com o outro (Hermans, 2023; Hermans-Konopka & Hermans, 2010). Ao final, tanto o *cosplay* quanto o *storyplay* constituem formas encarnadas e situadas de engajamento com os eus possíveis. No entanto, é no *storyplay* que corpo, voz e cena convergem para performar não apenas uma identidade em transição, mas uma existência que exige reconhecimento e pertencimento. Trata-se de um fazer-se diante do outro — e com ele.

A compreensão do corpo como arena política se fortalece ao evidenciar como a cisnormatividade impõe uma pedagogia da violência, produzindo corpos abjetos e delimitando os contornos da inteligibilidade identitária. Nesse contexto, os jogos *cosplay* e *storyplay* não são meras expressões estéticas: são práticas de resistência e agência subjetiva. A reinvenção do corpo — por meio da performance, da arte ou da estética cotidiana — opera como uma micropolítica de contestação, reescrevendo os códigos de pertencimento (Bento, 2006),

O corpo dissidente, ao encenar e narrar sua própria existência, escapa à norma e reivindica legitimidade simbólica e social. Assim, o *play* deixa de ser apenas um ensaio identitário para tornar-se um gesto

político — uma insurgência corpórea e afetiva. Nesse processo, os sujeitos observam e testam as reações sociais às suas expressões de gênero em contextos marcados por tensões, disputas simbólicas e vulnerabilidades. A experimentação identitária, portanto, não é apenas uma estratégia exploratória: é um ato de ocupação de espaço, de produção de presença e de invenção de futuros possíveis.

Direções para identidade

Ao longo dos diferentes níveis de experimentação identitária analisados — *mindplay*, *cosplay* e *storyplay* — observou-se um processo progressivo de ampliação da consciência de identidade de gênero entre os participantes. Essa consciência, envolve o grau de clareza, integração e segurança com que o indivíduo compreende, elabora e vivencia sua identidade de gênero (Ghaempanah e Khapova, 2020). Não é um estado final, mas um processo dinâmico, orientado pelas experiências, interações e escolhas situadas (Vignoles, Schwartz & Luyckx, 2011). Com base nos dados, emergiram três direções predominantes que os indivíduos não binários podem seguir após os ciclos de experimentação: a) a preparação para a ativação pública da identidade de gênero; b) a pausa reflexiva, como espaço de integração e reorientação; c) a exploração e experimentação contínua, marcada pela fluidez e pela recusa de fixações identitárias.

Essas direções não se apresentam como fases lineares ou mutuamente excludentes, mas como possibilidades coexistentes, moldadas pela articulação entre vivências, estratégias subjetivas de enfrentamento e condições sociais de pertencimento. Elas também dialogam diretamente com os conceitos de exploração e compromisso na formação da identidade (Berzonsky, 2004; Erikson, 1968), sendo que o “compromisso”, no caso de muitos indivíduos não binários, pode se manifestar como comprometimento com a não fixação — uma escolha ativa pela fluidez, (Schwartz *et al.*, 2013).

Preparação para ativação da identidade de gênero

Diversos participantes relataram que os jogos de identidade vivenciados ao longo do processo contribuíram para que se sentissem prontos para afirmar sua identidade de gênero diante do mundo. Por meio dessas práticas experimentais, não apenas consolidaram o autoconhecimento, como também testaram — cognitivamente e emocionalmente — possíveis reações sociais adversas e estratégias para lidar com elas. Os jogos de identidade funcionaram, assim, como espaços de ensaio (Ibarra & Obodaru, 2016), fortalecendo o repertório interno e preparando emocionalmente o indivíduo para uma ativação pública da identidade.

Esse processo envolve um duplo movimento: de dentro para fora (validação interna) e de fora para dentro (mapeamento de reações sociais). Como relatou um participante:

Durante este período em que fingia ser uma pessoa não binária, eu propositalmente dizia a estranhos *hostis* à população não binária que eu era não binário. Isso me permitiu sentir a raiva de ser julgado, mas também me fez perceber que posso lidar com essa raiva sem explodir. Me fez consciente de como lido com a injustiça e a raiva. Então, quando

eu realmente me assumi como uma pessoa não binária, já tinha todo o caminho mapeado. Eu conhecia meus recursos e estratégias de enfrentamento. Não eliminei o problema. Apenas me tornei consciente dele e soube que poderia lidá-lo (Participante 10).

Essa trajetória revela um processo de construção de resiliência identitária, no qual o sujeito desenvolve não apenas consciência, mas capacidade de atuação diante de desafios. A ativação da identidade não é súbita nem ingênua: trata-se de um movimento politicamente situado, construído a partir de ensaios internos e enfrentamentos externos (Ahmed, 2012); Ragins, 2008).

Para mim, esse período serviu como um laboratório. Eu realizei testes, conheci-me muito melhor, mas foi mais do que isso. Comecei a ter um gostinho do que é ser uma pessoa não binária. Não há nada de romântico nisso. É pesado, requer a capacidade de ignorar rejeição, julgamento, o olhar de pessoas que você sente que não querem que você exista. É triste. Mas foi importante para mim me fortalecer para o que estava por vir (Participante 45).

Assim, a ativação identitária não deve ser entendida como um “fim do processo”, mas como um marco performativo (Butler, 1990; 2004), em que o sujeito passa a existir publicamente enquanto identidade dissidente. Trata-se de um gesto político, que exige coragem, cálculo e potência — um ato de reivindicação de si no mundo

Pausa reflexiva

A segunda direção observada entre os participantes diz respeito à pausa reflexiva — um momento deliberado de suspensão da experimentação ativa para permitir o reprocessamento das experiências identitárias vividas. Essa pausa não representa estagnação, mas sim um espaço psicológico de reorganização narrativa (McLean & Syed, 2016), no qual o indivíduo escuta a si mesmo, integra vivências passadas e reorienta sua trajetória identitária.

Durante essa fase, o sujeito examina com cuidado os aprendizados adquiridos, avaliando sentimentos, reações e significados atribuídos a cada experiência. A pausa pode dar origem a dois movimentos principais: a) retorno aos jogos de identidade (*mindplay*, *cosplay* ou *storyplay*) com um olhar mais aprofundado, para investigar novas nuances da identidade de gênero em construção; b) redirecionamento identitário, quando o indivíduo reconhece que a identidade anteriormente explorada não ressoa com sua autenticidade mais profunda.

Eu fui experimentando de pouquinho em pouquinho, tipo, testava usar maquiagem ou roupas diferentes e, depois, parava pra pensar no que eu sentia, no que funcionava ou não pra mim. Daí, com essas reflexões, voltava a tentar de novo, sabe? Era um vai e vem entre testar, parar pra entender e voltar a experimentar, sempre tentando descobrir o que realmente fazia sentido pra mim (Participante 35).

Esse ciclo de experimentação-pausa-retorno se alinha com a Psicologia do Desenvolvimento, que valoriza os momentos de reflexão como essenciais para a maturação identitária (Kroger, 2007). Nessa etapa, os jogos de identidade são revisitados não como regressão, mas como aprofundamento: o sujeito volta às mesmas questões com novos recursos simbólicos, afetivos e sociais.

Esse processo de experimentação foi algo que vivenciei junto com uma pessoa que também estava incerta sobre sua identidade, mas nosso processo de experimentação acabou tomando caminhos diferentes. Eu me identifiquei muito com o que estava vivenciando [...]. No entanto, meu amigo, que era trans e tinha dúvidas sobre ser não binário, passou pelos mesmos processos de experimentação que eu, mas chegou à conclusão de que isso não era para ele (Participante 20).

Essa etapa envolve diálogos internos complexos, conforme propõe a Teoria do Self Dialógico (Hermans, 2023; Hermans-Konopka & Hermans, 2010), na qual diferentes “vozes” do self — o eu racional, o eu desejante, o eu cauteloso — dialogam, tensionam-se e negociam sentidos de pertencimento. A pausa reflexiva é, portanto, um espaço de escuta interna, onde o silêncio pode ser tão potente quanto o gesto performativo.

Em contextos sociais hostis, como o mundo do trabalho cisnormativo, a pausa também pode funcionar como estratégia de autopreservação psíquica e física, próxima da noção de *boundary work* — processos ativos que os indivíduos fazem para construir, negociar ou desafiar fronteiras identitárias. (Sveningsson & Alvesson, 2003). O corpo trans ou dissidente é alvo constante de uma pedagogia da violência, sendo necessário criar fronteiras simbólicas — ou zonas de silêncio estratégico — para sustentar a integridade subjetiva diante da normatividade excludente (Bento, 2006)

Em síntese, a pausa reflexiva não representa abandono, mas um momento vital de recalibragem subjetiva. Os momentos de suspensão da identidade são, muitas vezes, expressões de tensão narrativa entre vozes conflitantes (Raggatt, 2006). Assim, a pausa reflexiva pode ser vista como um espaço onde as “personagens do *self*” se reposicionam, reorganizando prioridades, emoções e compromissos identitários. Trata-se de um interlúdio fértil, em que o indivíduo revisita sua trajetória com maior clareza, agência e maturidade. A pausa é, nesse sentido, uma prática de cuidado de si — uma escuta profunda que prepara o terreno para as próximas experimentações.

Processo de exploração e experimentação contínua de identidades de gênero

A terceira direção identificada entre os participantes refere-se à escolha deliberada por permanecer em um estado contínuo de exploração e experimentação identitária, sem a exigência de um ponto final ou fixação definitiva. Os dados revelam que, para sujeitos não binários em trânsito, essas duas dimensões — explorar e experimentar — não se apresentam como fases separadas, mas como práticas híbridas, entrelaçadas e recursivas. Pensar e atuar, imaginar e performar, sentir e testar se articulam de forma indissociável em uma dinâmica de ações e reflexões que sustentam a construção de si. Esse movimento desafia os modelos lineares de desenvolvimento identitário e aponta para uma ética da fluidez, da experimentação sustentada e da não fixação como forma crítica e madura de existir.

Em contraste com abordagens que pressupõem um desfecho estabilizador, os sujeitos aqui investigados rejeitam a linearidade e a rigidez das trajetórias normativas, autorizando-se a transitar entre diferentes formas de ser, de acordo com seus contextos, afetos e sentidos de autenticidade.

Eu sou uma pessoa que gosto de uma boa experimentação [...] uso isso como elemento de vida, como elemento artístico também. O que faz sentido pra mim é esse espaço onde posso ser quem sou no momento, explorar, mudar, transitar... Sem ter que me definir ou me limitar a um rótulo fixo. Minha identidade é o próprio movimento (Participante 29).

Essa perspectiva ressoa com o conceito de “orientação exploratória como valor em si” (Flum & Kaplan, 2006), segundo o qual permanecer em estados reflexivos e transitórios não significa indecisão, mas sim uma resposta adaptativa à complexidade do mundo e da subjetividade. Aqui, o que se busca não é uma coerência estática, mas uma autenticidade processual e plural.

Eu não quero ficar buscando um algo a chegar. [...] Eu entendo que transitar nesse contexto do trânsito traz essa liberdade. A maioria das pessoas que eu conheci, o lugar que elas chegaram, o lugar que elas querem ficar é no trânsito. [...] A ideia não é criar uma outra caixinha [...] encaixotar de novo não faz muito sentido. Acho que a questão toda é o trânsito, o processo (Participante 12).

Essa vivência tensiona os modelos clássicos de desenvolvimento identitário baseados em etapas fixas de exploração e compromisso (Marcia, 1980; Luyckx *et al.*, 2008). Em vez disso, aponta para um novo tipo de compromisso: o compromisso com o processo de transitar. Essa redefinição encontra respaldo em estudos contemporâneos que reconhecem a fluidez como uma forma legítima, crítica e politicamente engajada de viver a identidade de gênero (Malamed, 2022; Truong, 2023).

Além disso, a Teoria do Self Dialógico (Hermans, 2023; Hermans-Konopka, 2010) oferece uma lente útil para compreender essa multiplicidade como coerência dinâmica, na qual diferentes vozes identitárias coexistem, negociam e se reconfiguram continuamente. Nesse cenário, não há um “eu final”, mas sim uma constelação de eus em trânsito, cuja força está justamente na recusa de amarras normativas.

Quando eu me compreendi não binário, eu pensei: vou ter que ter uma aparência mais andrógena a partir de agora. Mas, seguindo pessoas e vendo postagens e conversando nesses grupos, percebi que é pra desfazer as amarras, não criar novas. E daí eu relaxei com isso. Eu não estou mais perseguindo uma aparência certa, continuo experimentando, uso o que tenho vontade de usar, na hora que tenho vontade, sem me preocupar muito com isso. Tem sido um processo de libertação (Participante 38).

Essa postura também opera como estratégia micropolítica de enfrentamento à cisnormatividade. Ao optar conscientemente por não se fixar em uma identidade estável, o sujeito afirma sua autonomia narrativa e desafia as normativas organizacionais e sociais que exigem linearidade, clareza e conformidade (Butler, 2004; Ahmed, 2012).

Em suma, a exploração e experimentação contínua não representa imaturidade, indefinição ou desvio do processo identitário, mas sim uma escolha crítica e madura por uma identidade plural e em movimento. O desenvolvimento da identidade se dá em ciclos, e que a vida adulta inclui fases de reexploração e reconfiguração identitária (Kroger, 2007). Nessa perspectiva, a escolha pelo trânsito identitário portanto, não representa estagnação ou indefinição, mas uma maturação subjetiva que reconhece a identidade como processo. Como sugerem Vignoles *et al.* (2011), o

comprometimento pode ser reconceituado como adesão à fluidez, numa ética do “entre”, em que a própria jornada se torna destino.

Discussão

A partir dessa análise, foi possível identificar padrões que colocam em xeque os modelos clássicos de desenvolvimento identitário. Os achados desafiam abordagens tradicionais que tratam a identidade como um processo linear baseado na lógica de crise e compromisso (Erikson, 1968; Marcia, 1980). Em vez disso, revelam que a identidade de gênero não binária é construída em ciclos de experimentação e reinvenção, com diferentes graus de intencionalidade, risco e visibilidade (Ibarra & Petriglieri, 2010). A introdução das categorias *mindplay*, *cosplay* e *storyplay* amplia o escopo da literatura sobre *identity play* ao reconhecer que os sujeitos operam simultaneamente nos campos da cognição, do corpo e da narrativa.

A consciência de identidade de gênero, por sua vez, revelou-se um construto processual e dialógico, moldado não apenas por reflexões internas, mas também por interações sociais, afetos e práticas performativas (Bamberg, 2011; Bamberg *et al.*, 2011; Butler, 2004). A presença da pausa reflexiva como estratégia madura reforça a ideia de que os momentos de suspensão ou silêncio não são interrupções, mas partes integrantes e férteis da trajetória identitária (Kroger, 2007; McLean & Syed, 2016). Já a exploração e experimentação contínua de identidades de gênero aparecem como formas críticas de permanecer em trânsito — um compromisso com a fluidez e com a liberdade de não se definir fixamente (Flum & Kaplan, 2006; Hermans-Konopka & Herman, 2010). Essa perspectiva contribui para ampliar os modelos tradicionais de desenvolvimento identitário, ao reconhecer que, em contextos de dissidência de gênero, a permanência em estados reflexivos e não resolutivos pode representar não uma ausência de maturidade, mas uma forma sofisticada de agência identitária — orientada não pela fixação de um “eu final”, mas pela liberdade contínua de se (re)imaginar.

A literatura contemporânea tem avançado na caracterização do jogo de identidade como um processo criativo, orientado internamente, liminar e voltado ao futuro (Shepherd & Williams, 2018; Ghaempanah & Khapova, 2020; Daskalaki & Simosi, 2018), frequentemente descrito como seguro, imaginativo e reversível. No entanto, os dados desta pesquisa revelam que, para pessoas não binárias em contextos sociais cisnormativos, o *play* não se dá em ambientes neutros ou protegidos, tampouco sem consequências simbólicas ou materiais. Ao contrário, o jogo identitário emerge como uma prática insurgente de existência — precária, arriscada e encarnada — em que imaginar outros eus significa também desafiar diretamente normas de gênero reguladoras, com potenciais repercussões sociais, profissionais e físicas. A partir disso, propomos uma reconceitualização do *identity play* em três frentes:

1. *Play como resistência performativa*

Inspirada na teoria da performatividade de gênero (Butler, 1990; 2004, 2011), esta leitura entende o *play* como um gesto reiterativo que produz — e simultaneamente desestabiliza — as normas de gênero.

Ao “jogar com” o gênero, os sujeitos não apenas testam identidades possíveis: eles desorganizam a coerência compulsória da cis-heteronormatividade e afirmam formas dissidentes de existência. O *play* torna-se, assim, um ato de resistência micropolítica.

2. *Play como polifonia identitária*

A partir da teoria do self dialógico (Hermans, 2023; Hermans & Konopka, 2010), o jogo é compreendido como uma arena de escuta entre múltiplas vozes do eu — desejantes, cautelosas, imaginativas, afetadas — que se (re)organizam em busca de sentido e pertencimento. *Mindplay*, *Cosplay* e *Storyplay* são, nesse sentido, cenas identitárias, onde essas vozes experimentam possibilidades e se posicionam perante o mundo e suas normas

3. *Play como enfrentamento afetivo*

Os jogos identitários emergem também como práticas de afeto e deslocamento, que nascem do desconforto frente à norma, e se desdobram como formas de desejo, sobrevivência e reinvenção. Ao orientar seus corpos contra o esperado, os sujeitos praticam “orientação afetiva dissidente” — um reposicionamento do corpo e da existência em direção ao que ainda não é reconhecido, mas pulsa como possibilidade (Ahmed, 2004; 2012).

Por fim, este trabalho inscreve o conceito de *identity play* no contexto brasileiro, onde o exercício da não binariedade está longe de ser isento de riscos — ao contrário, exige coragem, criatividade e a construção de redes de apoio. Nesse cenário, o *play* não é uma brincadeira inofensiva (Jesus; 2019; Benevides 2023; Cerqueira & Bueno, 2024), mas uma estratégia de sobrevivência, uma linguagem estética e uma forma de insurgência política frente à cisheteronormatividade estrutural (Bento, 2006). Essa reconceitualização permite compreender o jogo de identidade não como rito de passagem com destino certo, mas como um modo contínuo de existir, criar e resistir. Em vez de um teste transitório, o *play* torna-se uma prática cotidiana de liberdade — um gesto de se fazer no mundo quando o mundo ainda não está pronto para você.

Conclusões e recomendações

Este estudo investigou como indivíduos não binários constroem sua identidade de gênero por meio de jogos identitários. A partir da análise de 47 entrevistas, sistematizamos três formas de jogos — *mindplay*, *cosplay* e *storyplay* — e demonstramos como essas experiências se articulam à construção da consciência de identidade de gênero, compreendida não como um estado fixo, mas como um processo contínuo, situado e co-construído. Embora estudos anteriores já tenham reconhecido a fluidez identitária como possibilidade legítima (Flum & Kaplan, 2006; Butler, 2004) e o self múltiplo como uma realidade dialógica (Hermans & Konopka, 2010), esta pesquisa contribui com o campo ao propor uma modelização empírico-teórica da consciência de identidade de gênero em contextos de não binariedade.

Diferentemente das abordagens clássicas que concebem o *identity play* como um espaço provisório de ensaio de “eus possíveis”, este estudo

reposiciona o *play* como uma prática contínua, polifônica e insurgente. Essa reconceitualização incorpora dimensões micropolíticas, dialógicas e afetivas, permitindo uma leitura crítica e expandida da performatividade de gênero, da construção narrativa do self e da *agency* em contextos marcados pela cisnormatividade estrutural. Ao inscrever esse modelo no contexto brasileiro, o estudo também contribui para a decolonização dos referenciais teóricos, ao revelar como a experimentação identitária adquire sentidos específicos em territórios de alto risco simbólico e material. Ao reconhecer a pausa reflexiva e a exploração e experimentação contínua de identidades de gênero como expressões maduras de *agency* identitária, o estudo amplia modelos tradicionais de desenvolvimento, legitimando trajetórias não lineares, críticas e fluídas. Trata-se, portanto, de uma contribuição teórica que desloca o foco do compromisso estável para a potência da transitoriedade — evidenciando que, em contextos de dissidência de gênero, permanecer em trânsito pode ser, paradoxalmente, a forma mais sofisticada de compromisso consigo e com o mundo.

Por fim, esclarecemos que o *identity play* manifesta-se como um campo narrativo e performativo de possibilidades, no qual pensar, sentir e testar se entrelaçam. Ao invés de enfraquecer a distinção entre *play* e *work*, nossa proposta é mantê-la, mas abandonando a noção hierárquica entre os dois: se o *work* estabiliza, o *play* mobiliza. Se o *work* sustenta uma identidade ativada, o *play* sustenta a liberdade de imaginar e experimentar identidades ainda em trânsito. Em contextos de dissidência de gênero, o *identity play* não é leve — é insurgente.

No campo prático, os achados deste estudo oferecem subsídios para a formulação de políticas e práticas mais inclusivas em ambientes organizacionais, educacionais e de saúde. Ao reconhecer os jogos identitários como estratégias legítimas de construção de si, instituições podem ampliar seus protocolos de acolhimento e escuta, valorizando trajetórias que não seguem padrões lineares ou normativos. Além disso, o modelo aqui proposto pode inspirar intervenções pedagógicas, clínicas e institucionais que não apenas respeitem, mas fomentem a liberdade de experimentação identitária — criando espaços onde a fluidez não seja apenas tolerada, mas celebrada como expressão legítima de humanidade.

Entre os limites da pesquisa, destacam-se a concentração dos dados em um recorte cultural específico, o Brasil, e o fato de os participantes já se identificarem com o termo “não binário”, o que pode não representar outras experiências dissidentes que rejeitam categorizações formais. Além disso, embora a *grounded theory* tenha permitido uma análise densa e situada, outras abordagens metodológicas poderiam ampliar o escopo e a aplicabilidade dos achados. Por fim, alguns aspectos, tais como raça, classe, regionalidade e deficiência, embora mencionados nas falas, não foram aprofundadamente explorados como eixos estruturantes das experiências identitárias.

Dessa forma, sugerem-se três frentes para investigações futuras: (1) aprofundar os atravessamentos interseccionais que modulam os jogos de identidade e os graus de *agency* disponíveis; (2) explorar as ressonâncias do modelo em contextos institucionais específicos, tais como escolas, organizações e redes de saúde; e (3) investigar como os jogos identitários

se articulam com tecnologias digitais emergentes, tais como metaversos, inteligências artificiais e ambientes gamificados.

Em suma, esta pesquisa oferece não apenas um modelo explicativo, mas também um convite à escuta e à reformulação dos espaços sociais que ainda operam sob a expectativa de identidades estáveis e categóricas. Ao dar voz às múltiplas formas de existir, experimentar e resistir, este estudo contribui para ampliar os horizontes da psicologia organizacional, dos estudos de identidade e da própria noção de humanidade que temos sustentado. O jogo de identidade, tal como aqui revelado, não é apenas um ensaio — é um gesto político, estético e vital de autoconstrução em um mundo que ainda nega o direito de existir fora da norma.

Referências

- Ahmed, S. (2004) *The Cultural Politics of Emotion. Second edition. Edinburgh University Press Ltda*
- Ahmed, S. (2013) *The cultural politics of emotion*. Routledge
- Ahmed, S. (2012). *On being included: racism and diversity in institutional life*. Duke University Press.
- Aparicio-García, M. E., Díaz-Ramiro, E. M., Rubio-Valdehita, S., López-Núñez, M. I., & García-Nieto, I. (2018). Health and well-being of cisgender, transgender and non-binary young people. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(10), 2133. <https://doi.org/10.3390/ijerph15102133>
- Ashforth, B. E., Schinoff, B. S., & Rogers, K. M. (2016). "I identify with her," "I identify with him": Unpacking the dynamics of personal identification in organizations. *Academy of Management Review*, 41(1), 28–60. <https://doi.org/10.5465/amr.2014.0033>
- Ashraf, M. J., Planezzi, D., & Awan, M. A. (2023). Doing transgender 'right': Bodies, eroticism and spirituality in khwajasira work. *Human Relations*, 76(2), 286-309. <https://doi.org/10.1177/001872672110459>.
- Bamberg, M. (2011). Who am I? Narration and its contribution to self and identity. *Theory & psychology*, 21(1), 3-24. <https://doi.org/10.1177/0959354309355852>
- Bamberg, M., De Fina, A., & Schiffrin, D. (2011). Discourse and identity construction. In S. Schwartz, K. Luyckx, K. & V. Vignoles (Eds), *Handbook of Identity Theory and Research*. (pp. 177-199). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-7988-9_8
- Benevides, B. G. (2023). *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>
- Benschop, Y., & Doorewaard, H. (1998). Covered by equality: the gender subtext of organizations. *Organization Studies*, 19(5), 787–805. <https://doi.org/10.1177/0170840698019005>.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Garamond.
- Berzonski, M. D. (2004). Identity processing style, self-construction, and personal epistemic assumptions: A social-cognitive perspective.

- European Journal of Developmental Psychology*, 1(4), 303-315. <https://doi.org/10.1080/17405620444000120>
- Burriss, K. G., & Tsao, L. L. (2002). Review of research: How much do we know about the importance of play in child development? *Childhood Education*, 78(4), 230-233. <https://doi.org/10.1080/00094056.2002.10522188>
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203499627>
- Butler, J. (2011). *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. Routledge.
- Butler, J., & Trouble, G. (1990). *Gender trouble: feminism and the Subversion of Identity*. Routledge.
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coords.). (2024). *Atlas da violência 2024*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/251>
- Charmaz, K. (2014). *Constructing grounded theory* (2nd ed.). Sage.
- Côté, J. E., & Levine, C. G. (2014). *Identity, formation, agency, and culture: a social psychological synthesis*. Psychology Press.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2011). *The Sage handbook of qualitative research*. sage.
- Donaghy, M., & Perales, F. (2022). Workplace wellbeing among LGBTQ+ Australians: Exploring diversity within diversity. *Journal of Sociology*, 60(1) <https://doi.org/10.1177/144078332211183>
- Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. W. W. Norton & Company.
- Felix, B., Júlio, A. C., & Rigel, A. (2023). 'Being accepted there makes me rely less on acceptance here': cross-context identity enactment and coping with gender identity threats at work for non-binary individuals. *The International Journal of Human Resource Management*, 35(10), 1851–1882. <https://doi.org/10.1080/09585192.2023.2254211>
- Flum, H., & Kaplan, A. (2006). Exploratory orientation as an educational goal. *Educational Psychologist*, 41(2), 99–110. https://doi.org/10.1207/s15326985ep4102_3
- Ghaempanah, B., & Khapova, S. N. (2020). Identity play and the stories we live by. *Journal of Organizational Change Management*, 33(5), 683-695. <https://doi.org/10.1108/JOCM-07-2019-0238>
- Hadjisolomou, A. (2021). Doing and negotiating transgender on the front line: customer abuse, transphobia and stigma in the food retail sector. *Work, Employment and Society*, 35(5), 979-988. <https://doi.org/10.1177/0950017020977331>
- Hearn, J., & Collinson, D. (2006). Men, masculinities and workplace diversity/diversion. *Handbook of workplace diversity*, 299-322.
- Hennekam, S., & Ladge, J. J. (2023). Free to be me? Evolving gender expression and the dynamic interplay between authenticity and the desire to be accepted at work. *Academy of Management Journal*, 66(5), 1529-1553. <https://doi.org/10.5465/amj.2020.1308>
- Hermans-Konopka, A., & Hermans, H. J. (2010). *The dynamic features of love: changes in self and motivation*.

- Hermans, H. J. (2023). Dialogical self theory. In *The Palgrave encyclopedia of the possible*, 389-394. Cham: Springer International Publishing.
- Ibarra, H. (1999). Provisional selves: experimenting with image and identity in professional adaptation. *Administrative science quarterly*, 44(4), 764-791.
- Ibarra, H., & Petriglieri, J. L. (2010). Identity work and play. *Journal of Organizational Change Management*, 23(1), 10-25. <https://doi.org/10.1108/09534811011017180>
- Ibarra, H., & Obodaru, O. (2016). Betwixt and between identities: liminal experience in contemporary careers. *Research in Organizational Behavior*, 36, 47-64. <https://doi.org/10.1016/j.riob.2016.11.003>
- Ibarra, H., & Obodaru, O. (2020). Identity play and the creative potential of liminal experiences. In A. D. Brown (Ed.), *The Oxford handbook of identities in organizations*, (pp. 471-486). Oxford Handbooks.
- Jesus, J. G. (2019). *Transfeminismo: teorias e práticas*. Digitaliza Conteúdo.
- Kreiner, G. E., Hollensbe, E. C., & Sheep, M. L. (2006). Where is the “me” among the “we”? Identity work and the search for optimal balance. *Academy of Management Journal*, 49(5), 1031-1057.
- Kroger, J. (2007). *Identity development: adolescence through adulthood*. Sage publications.
- Linstead, S., & Pullen, A. (2006). Gender as multiplicity: Desire, displacement, difference and dispersion. *Human Relations*, 59(9), 1287-1310. <https://doi.org/10.1177/0018726706069772>
- Luyckx, K.; Schwartz, S. J., Berzonsky, M. D; Soenens B., Vansteenkiste M., Smits I., & Goossens, L. (2008). Capturing ruminative exploration: Extending the four-dimensional model of identity formation in late adolescence. *Journal of Research in Personality*, 42, 58–82. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2007.04.004>
- Malamed, C. R. (2022). A safe space to play dangerously: contextualizing gender play in therapy. *Psychoanalytic Dialogues*, 32(2), 198-206. <https://doi.org/10.1080/10481885.2022.2033555>
- Marcia, J. E. (1980). Identity in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of adolescent psychology*, 159–187. Wiley.
- Markus, H., & Nurius, P. (1986). Possible selves. *American Psychologist*, 41(9), 954–969.
- Matsuno, E., & Budge, S. L. (2017). Non-binary/genderqueer identities: a critical review of the literature. *Current Sexual Health Reports*, 9, 116-120. <https://doi.org/10.1007/s11930-017-0111-8>
- Moser, J. R., & Ashforth, B. E. (2021). My network, my self: a social network approach to work-based identity. *Research in Organizational Behavior*, 41, 100155. <https://doi.org/10.1016/j.riob.2022.100155>
- McLean, K. C., & Syed, M. (2016). Personal, master, and alternative narratives: An integrative framework for understanding identity development in context. *Human Development*, 58(6), 318–349. <https://doi.org/10.1159/000445817>
- Murawsky, S. (2023). The struggle with transnormativity: non-binary identity work, embodiment desires, and experience with gender dysphoria. *Social Science & Medicine*, 327, 115953. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2023.115953>

- Newcomb, M. E., Hill, R., Buehler, K., Ryan, D. T., Whitton, S. W., & Mustanski, B. (2020). High burden of mental health problems, substance use, violence, and related psychosocial factors in transgender, non-binary, and gender diverse youth and young adults. *Archives of sexual behavior*, 49, 645-659. <https://doi.org/10.1007/s10508-019-01533-9>
- Obodaru, O. (2012). The self not taken: how alternative selves develop and how they influence our professional lives. *Academy of Management Review*, 37(1), 34-57.
- Obodaru, O. (2017). Forgone, but not forgotten: toward a theory of forgone professional identities. *Academy of Management Journal*, 60(2), 523-553.
- Oyserman, D., & James, L. (2011). Possible identities. In S. Schwartz, K. Luyckx, & V. Vignoles (Eds.), *Handbook of identity theory and research*, 117-145. Springer
- Pullen, A., & Rhodes, C. (2015). Ethics, embodiment and organizations. *Organization*, 22(2), 159-165. <https://doi.org/10.1177/13505084145587>
- Raggatt, P. (2006). Putting the five factor model into context: evidence linking big five traits to narrative identity. *Journal of Personality*, 74(5), 1321-1348.
- Ragins, B. R. (2008). Disclosure disconnects: antecedents and consequences of disclosing invisible stigmas across life domains. *Academy of Management Review*, 33(1), 194-215. <https://doi.org/10.5465/amr.2008.27752724>
- Rumens, N., & Kerfoot, D. (2009). Gay men at work: (re)constructing the self as professional. *Human Relations*, 62(5), 763-786. <https://doi.org/10.1177/0018726709103457>
- Shepherd, D. A., & Williams, T. A. (2018). Hitting rock bottom after job loss: bouncing back to create a new positive work identity. *Academy of Management Review*, 43(1), 28-49. <https://doi.org/10.5465/amr.2015.0102>
- Schwandt, T. A. (1994). Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*, 118-137. Sage.
- Schwartz S. J., Donnellan M. B., Ravert, R. D., Luyckx, K. & Zamboanga, B. L. (2013) Identity development, personality, and well-being in adolescence and emerging adulthood. In I. B. Weiner (Ed). *Handbook of Psychology*, (2a ed., pp. 339-364) Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118133880.hop206014>
- Stanko, T. L., Dahm, P. C., Lahnenman, B., & Richter, J. (2022). Navigating an identity playground: using sociomateriality to build a theory of identity play. *Organization Studies*, 43(1), 81-103. <https://doi.org/10.1177/01708406209445>
- Sveningsson, S., & Alvesson, M. (2003). Managing managerial identities: organizational fragmentation, discourse and identity struggle. *Human Relations*, 56(10), 1163-1193.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). The social identity theory of intergroup behavior. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.), *Political psychology: Key readings* (pp. 276-293). Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203505984-16>
- Taylor, E., & Fasoli, F. (2022). Who is most discriminated against? First impression and hiring decisions about non-binary and trans woman candidates. *Psicologia Sociale*, 17(3), 381-405.
- Truong, A. T. T. (2023). Entrepreneurial identity play through cross-cultural experience: Insights from returnees. *Journal of Business Venturing Insights*, 20, e00416. <https://doi.org/10.1016/j.jbvi.2023.e00416>.

Vignoles, V. L.; Seth, J. S. & Luyckx, K.(2011). Introduction: toward an integrative view of identity. In S. Schwartz, K. Luyckx, K. & V. Vignoles (Eds), *Handbook of Identity Theory and Research*, 1-22. Springer.

Willem, C., Araüna, N., Crescenzi, L., & Tortajada, I. (2012). Girls on fotolog: reproduction of gender stereotypes or identity play? *Interactions: Studies in Communication & Culture*, 2(3), 225-242. https://doi.org/10.1386/iscc.2.3.225_1

